

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2020

Ao vigésimo quinto dia do mês de novembro de dois mil e vinte, às 14:00 horas, via plataforma Google Meet, foi realizada reunião ordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, convocada e presidida pela Coordenadora Prof.^a Clarice Cassab. A reunião se deu em ambiente virtual devido às medidas de isolamento social impostas em função da pandemia de Covid-19. Além da Coordenadora, estiveram presentes os seguintes professores: Bruno Milanez, Cássia de Castro M. Ferreira, Elias Lopes de Lima, Geraldo César Rocha, Maria Lúcia Pires Menezes, Miguel Fernandes Filipe, Pedro José de Oliveira Machado, Roberto Marques Neto, Ricardo Tavares Zaidan e Wagner Batella. Estiveram presentes ainda a representante discente Aline de Vieira Souza e o representante dos Técnicos Administrativo (TAE), Bruno Goulart Cunha. Havendo *quórum* regimental, a Prof.^a Clarice Cassab, na qualidade de presidente, deu início à reunião. **Ordem do dia: 1) Aprovação das atas das reuniões do Colegiado de 12/08/2020, 01/09/2020, 07/10/2020 e 26/10/2020:** colocado o ponto em votação tem-se que as atas foram aprovadas por unanimidade pelo Colegiado; **2) Calendário 2021:** a Coordenadora abriu a discussão do ponto relatando os esforços e as dificuldades, vivenciadas principalmente pela professora Cássia, na elaboração da proposta de calendário para o ano de 2021. Disse que uma das preocupações na feitura do Calendário foi a de evitar que as bolsas do Programa fiquem vagas por muito tempo. A representante discente Aline afirmou que a turma 2020 prefere que o retorno das aulas se dê em maio. A professora Cássia propôs então como encaminhamento que seja aprovado o Calendário 2021 com a previsão de que a matrícula dos novos alunos se dê em março e que o início das aulas do primeiro semestre de 2021 se dê em maio. O Colegiado aprovou a proposição por unanimidade; **3) Filiação do PPGeo a ANPUR:** a Coordenadora apresentou ao Colegiado um pedido feito pelo discente Daniel da Silva Dias para que o PPGeo/UFJF se filie à ANPUR. A Coordenador pontuou que o Programa é filiado somente à ANPEGE no momento. A professora Maria Lúcia defendeu a filiação. O prof. Miguel elogiou a associação mas disse ficar em dúvida sobre as vantagens da filiação. Que neste momento de corte de verbas é preciso pensar o tema a sério. Perguntou se existe uma articulação dos docentes com a ANPUR. A Coordenadora disse que falando como professora não via razão na filiação, que a participação nos eventos da ANPUR pode ocorrer sem que o PPGeo/UFJF seja filiado. O professor Bruno pontuou que o interesse na filiação tem de ser orgânico uma vez que implica ocupar conselhos, participar de reuniões, fazer parte da organização e que se não há essa intenção, que não se deve pensar em se filiar. A professora Maria Lúcia defendeu a filiação como uma forma de aproximação com a ANPUR. O prof. Elias pontuou que a filiação pode abrir o precedente para filiação do Programa a toda e qualquer associação, das mais variadas áreas, o que faz com que o tema tenha que ser avaliado com mais cuidado. Colocado em votação, o pedido de filiação à ANPUR foi rejeitado por oito votos, registrados dois votos a favor e duas abstenções; **4) Solicitação do prof. Leonardo Carneiro:** A Coordenadora abriu a discussão do ponto lembrando que o prof. Leonardo pediu seu descredenciamento do programa em fevereiro de 2020, mas que optou por permanecer exclusivamente para encerrar as duas orientações de alunos da turma 2018 que tinha em curso. Relatou que na semana passada o professor fez contato com a Coordenação dizendo estar passando por problemas de ordens variadas, pedindo para que a sua orientanda Elisângela pudesse ter a data da sua defesa de mestrado adiada do dia 21 de novembro de 2020 para uma data futura. A Coordenadora explicou que a aluna em questão defenderia em novembro se valendo da prorrogação de cinco meses que o Colegiado já havia lhe concedido. Esclareceu que a questão trazida ao Colegiado é se à aluna pode ser concedido mais um mês para defesa. A Coordenadora pontuou que a situação é ainda um pouco mais complicada porque o professor Leonardo pediu também a dispensa da obrigatoriedade regimental de submissão de artigo. A professora Cássia ressaltou que a mensagem evidencia que a falha é do professor e não da aluna. O prof. Ricardo Zaidan destacou que o pedido deveria partir da aluna, que até o momento não se manifestou se tem condições de defender no prazo de um mês. Disse que se a aluna fez a dissertação tem condições de fazer um artigo e ao menos submeter. Destacou que a situação pode abrir um precedente perigoso que pode motivar outros alunos a pedirem a dispensa de submissão de artigo. O prof. César defendeu que o Programa deve fazer contato com a discente e dar a chance dela defender. O prof. Miguel destacou o perigo que o precedente pode abrir. Disse que teve uma orientanda que passou por dificuldades na pesquisa e que nem por isso apresentou um pedido similar ao Colegiado. As representantes discentes Aline e Virgínia destacaram que a falha decorre da orientação e que há necessidade da aluna ser ouvida. Disseram que se o orientador tem o material de defesa e que se o problema está no fato dele não conseguir corrigir não é justo tirar a possibilidade de defesa da aluna. A Coordenadora disse que o professor Leonardo informou que está com o trabalho da discente e que está corrigindo o material. Ressaltou que se existiram problemas na orientação em nenhum momento os alunos Diego e Elisângela

relataram à Coordenação. Conclui que se não há nenhuma queixa, a Coordenação presume que a orientação segue regular. O professor Ricardo Zaidan defendeu a concessão do prazo para defesa à aluna mas disse ser contrário à dispensa de submissão do artigo. A representante discente considerou que a submissão do artigo, que é escrito em coautoria, depende também do trabalho do professor. Disse que a aluna não pode ser penalizada se o professor falhar na feitura do artigo. O prof. Wagner disse ver que a questão trata da quebra de uma regra do regimento. Disse se preocupar com a situação de todo final de semestre surgir alguma situação em que a saída passe por isso. Pontuou que a Capes fala em recomendação e não obrigatoriedade de submissão de artigo. Perguntou se em todo o prazo do curso a aluna não conseguiu produzir nenhum trabalho que possa ser submetido. Questionou também se o único caminho é quebrar o regimento. A Coordenadora ponderou que sim, uma vez que o Regimento prevê que o aluno somente pode pedir prorrogação de prazo para defesa uma vez, o que a aluna já fez e não duas como ela quer fazer agora. Disse que a única possibilidade de salvar a aluna é conceder a ela este mês que ela pede de prorrogação. O professor Elias disse que como ato de boa-fé do Colegiado seria interessante consultar a aluna a respeito das possibilidades dela de defender e de submeter o artigo dentro do prazo de um mês. O prof. Wagner disse que só vale a pena conceder o prazo se a dissertação estiver pronta para defesa. Disse que se tempo for para “fazer”, o pedido tem de ser negado. A Coordenadora disse que pelo que ela entendeu a aluna entregou o trabalho pronto para o orientador corrigir. Disse que a consulta à aluna pode ser feita, porém pontuou que já se sabe a resposta, uma vez que a aluna vai falar que o trabalho foi entregue pronto para o orientador corrigir. Defendeu que existem três caminhos: conceder o prazo e dispensar da obrigatoriedade de submissão do artigo; conceder o prazo e não dispensar da obrigatoriedade de submissão do artigo; ou, por fim, não conceder o prazo e desligar a aluna do curso. O prof. Wagner defendeu que aprovada a prorrogação, que está se dê no máximo por um mês, para que no cômputo total não seja ultrapassado o limite regimental máximo de seis meses. A prof. Cássia disse que não se poderia passar dos seis meses sob pena de se infringir ao regimento geral de pós-graduação da universidade e às normas da Capes. Colocado o ponto em votação o Colegiado aprovou a concessão de um mês de prorrogação para defesa por 8 votos a favor e nenhum contrário, registradas 3 abstenções. Em seguida o Colegiado por 6 votos a favor, nenhum contrário e 5 abstenções manteve a obrigatoriedade regimental de submissão do artigo como condição para a realização da defesa. O prof. Wagner pediu para que a redação do artigo 51 do regimento do programa seja colocado na pauta de uma próxima reunião do Colegiado. O prof. Miguel pediu para que a representação discente converse com os alunos sobre o cuidado com os prazos, sobre a orientação, lembrando que a dissertação é do discente. **5) Programa de ética e integridade na UFJF:** a Coordenadora relatou que a universidade está trabalhando no Programa em razão da recorrência com que tem se observado casos de plágio no âmbito da produção acadêmica da UFJF. Nesse passo foram pedidos nomes de professores que tenham interesse em fazer parte da equipe de trabalho do Programa de Ética e Integridade. Após consulta ficou definido que o PPGEIO não vai indicar nenhum nome. **6) Solicitação de trancamento do curso:** a Coordenadora informou ao Colegiado que o discente Diego Estevão Chagas orientando da professora Maria Lúcia, procurou a Coordenação com a intenção de se desligar do curso, tendo sido convencido a trancar o semestre. Ele alega dificuldades em razão da pandemia. Colocado em votação, o pedido de trancamento do discente foi aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **7) Cômputo de horas de atividades complementares:** trata-se de demanda da representação discente a respeito de uma questão que ficou em aberto da flexibilização das atividades complementares. A Coordenadora disse ser preciso definir a quantas horas a publicação de artigo vai corresponder dentro do quadro de horas de atividades complementares que os alunos precisam atingir. Por unanimidade o Colegiado aprovou a inclusão do seguinte *Parágrafo único* na Resolução 05/2020: “O artigo publicado será considerado na seguinte proporção: a) publicação em Revistas com qualis de A1 a B1 - 30 horas de atividades complementares; b) publicação em Revistas com qualis B2 e B3 - 20 horas de atividades complementares; c) publicação em Revistas com qualis B4 a C - 10 horas de atividades complementares”; **8) Informes:** o primeiro informe diz respeito à consulta que a universidade está fazendo para o tema da próxima edição da SBPC que será sediado pela UFJF. O segundo informe foi o de que a Coordenadora participou de uma reunião da Anpege cujo tema foi a solidariedade entre os programas. Nesse passo foi apresentado o pedido de que se algum dos membros tiver sugestão de ação nessa temática que seja remetida para a Coordenação. Por fim o Colegiado foi informado de que foi feito o envio do Recoleta 2017, 2018 e 2019. A Coordenadora aproveitou para lembrar que se iniciará no mês de dezembro a Coleta 2020, o mais importante na avaliação quadrienal, que deverá durar até março. Pediu para que os currículos estejam atualizados e para que os docentes se atentem ao pedidos enviados por e-mail da Coordenação. Nenhum outro ponto havendo para tratar e nem informe a ser relatado, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada por mim, Bruno Goulart Cunha – servidor da Secretaria de Pós-Graduação do ICH, e demais presentes. Juiz de Fora, 25 de novembro de 2020.

131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164

Prof.^a Clarice Cassab Torres

Prof. Elias Lopes de Lima

XX
Prof. Leonardo de Oliveira Carneiro

Prof. Miguel Fernandes Filippe

Prof. Ricardo Tavares Zaidan

XX
Prof. Vicente Paulo dos Santos Pinto

Aline de Vieira Souza (Representante discente)

Bruno Goulart Cunha (TAE / servidor)

Ata aprovada em: ____/____/____

Prof. Cézar Henrique Barra Rocha

XX
Prof. Geraldo César Rocha

Prof.^a Maria Lucia Pires Menezes

XX
Prof. Pedro José de Oliveira Machado

XX
Prof. Roberto Marques Neto

Prof. Wagner Barbosa Batella

Virgínia A. C. Martins (Representante discente)